



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## Requerimento de Comissão

### 95/2017

Senhor Presidente,

Requeiro a esta Comissão de Administração Pública, nos termos do art. 48 do Regimento Interno, seja realizada audiência pública, no dia 27 de abril de 2017, às 15:30h, no Plenário Amyntas de Barros.

A realização desta audiência pública se justifica com a finalidade de discutir os aspectos da nova Lei de parceria entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil (Lei 13.204/2015).

Sugiro sejam convidados:

- *Secretária Municipal de Política Social – Maira da Cunha Pinto Colares;*
- *Advogado Especialista em Organizações da Sociedade Cível – Dr. James Pinheiro;*
- *Procurador Geral do Município: Dr. Tomáz de Aquino Resende.*

Para melhor debate acerca do tema, os convidados deverão abordar os seguintes aspectos: *forma de transição das parcerias já existentes ao novo formato da Lei, remuneração de dirigentes, além de outros temas a serem levantados ao decorrer da Audiência Pública.*

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2017.

**Fernando Borja**  
Vereador  
LÍDER DO PTdoB na CMBH

**Ao Senhor**  
**Vereador Reinaldo Gomes**  
**Presidente da Comissão de Administração Pública**

PROPOSIÇÃO INICIAL
Avulsos distribuídos
Em <u>21/02/2017</u>
44
Responsável pela distribuição

CMBH Direção Legislativa - 21-fev-2017-14:00-0000884-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

## DESPACHO DE DELIBERAÇÃO E CONVOCAÇÃO

**REQUERIMENTO DE COMISSÃO nº** 95 / 17

**Solicitação relativa a:** ☒ **Audiência Pública** ☐ **Seminário** ☐ **Visita Técnica**

A Comissão de Administração Pública deliberou por:

<input type="checkbox"/> <b>adiar</b> a apreciação do requerimento	<input type="checkbox"/> <b>rejeitar</b> o requerimento
<input checked="" type="checkbox"/> <b>aprovar</b> o requerimento	<input type="checkbox"/> <b>alterar</b> as características do evento aprovado

Nos seguintes termos:

☒ **Fica marcado** o evento para o dia 27/04/17, às 15:30 h, no seguinte local:

Plenário Amynthos de Barros

☐ **Serão definidos posteriormente** a data e horário do evento.

☐ **Fica alterada** a lista de convidados do evento para: \_\_\_\_\_

☐ **Fica cancelada** a realização do evento.

☐ **Outros:** \_\_\_\_\_

### Deliberações de Visita Técnica ou Audiência Externa

Foram solicitados pela comissão os seguintes serviços de apoio:

☐ TV Câmara ☐ Comunicação Institucional ☐ Consultoria ☐ Transporte

☒ **Ficam os membros da comissão convocados para a reunião em que se dará o evento aprovado, nos termos descritos acima.**

3ª Reunião Ordinária

Em 21/02/17

Renaldo S. Gomes  
Presidente da Reunião  
Vereador Renaldo S. Gomes

Avulsos distribuídos em: <u>21/02/17</u> <u>Carlos</u> SECAPC	Reserva Pleno por: <u>Carlos</u> Gestão no SIL por: <u>Carlos</u>	Evento: <input type="checkbox"/> externo <input type="checkbox"/> realizado <input type="checkbox"/> não realizado _____ SECAPC
Coordenador responsável: <u>Dora</u> Consultor responsável: <u>Pedro</u>		



# **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

## **RELATOR PELA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

### **RELATÓRIO**

#### **PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº. 2015/2016**

Na qualidade de relator da Comissão de Administração Pública, com o fim de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 2015/2016, de autoria do ex- vereador Pablo César- Pablito que " Dispõe sobre a criação do canal Disque corrupção no Município e dá outras providencias" passo a fundamentar esta proposta de diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 2015/2016, de autoria do ex- vereador Pablo César dispõe sobre a criação do canal disque corrupção no Município. Embora louvável a iniciativa do nobre colega, não podemos emitir parecer antes de ouvir os Órgãos responsáveis pela implementação da medida, como a Ouvidoria e a Secretaria Especial de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas.

O objetivo da presente diligência é o de verificar se a proposição em questão encontra-se em consonância com o planejamento dos serviços de prevenção à corrupção desenvolvidos do Município de Belo Horizonte, elaborado pelo Executivo.

### **CONCLUSÃO**

Proponho que seja esta proposição baixada em Diligência à Ouvidoria e Secretaria Especial de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, através da Secretaria Municipal de Governo, com o objetivo de obter de ambas um parecer técnico sobre a viabilidade e eficiência da implantação do mecanismo proposto.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

  
**VEREADOR PRETO**  
Relator

CMH-Diret. Legislativa-20-Fev-2017-16:12-000804-001



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 2030/2016

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor: Vereador Gilson Reis

Voto do Relator

## Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 2030/2016, de autoria do vereador Gilson Reis que institui a “Lei Pai Presente, prorrogando a licença-paternidade para os servidores regidos pela Lei nº 7.169 de 30 de agosto de 1.996 do Município de Belo Horizonte.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designado como Relator o Vereador Joel Moreira Filho que emitiu o parecer de fls. 11/12.

Os autos foram enviados para Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, foi designado como relator o Vereador Daniel Nepomuceno, sendo o processo devolvido ao Presidente da casa sem parecer apreciado, por falta de quórum para reunião da comissão.

Recebidos os autos na Comissão de Administração pública, após designação de Relator, vieram-me os autos conclusos para parecer em 14/02/2017.

É o relatório.

## **Voto**

A proposta trata da extensão do prazo de licença maternidade a ser concedida ao servidor público municipal, prevista no artigo 151 da Lei nº 7.169 de 30 de agosto de 1.996 do Município de Belo Horizonte, como sendo de 05 dias.

A propositura está em consonância com o que dispõe o Decreto nº 8.737 de maio de 2.106 que regula a matéria no âmbito do serviço público federal.

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - Parecer nº 11/12 - 14/02/2017 - 16:56 - 000719-001

A iniciativa legislativa decorre da necessidade de regulamentação da Lei 13.257 de março de 08 de março de 2.016, tido como Marco Regulatório da Primeira Infância, que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano.

Desta maneira a iniciativa do Ilustre Vereador tem o condão de concretizar a adesão do Município de Belo Horizonte a política pública instituída pela legislação federal.

A aplicação da medida visa assegurar ao servidor público municipal o franco exercício dos direitos sociais e individuais, equiparando-o às condições dos servidores públicos federais e dos trabalhadores da iniciativa privada, amparados pela Lei nº 11.770/2008, do Programa Empresa-Cidadã.

### **Conclusão**

Face a pertinência da matéria voto pela aprovação do Projeto de Lei 2030/2016.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2.016.

  
Vereador Fernando Barja Pinto  
**Fernando Barja**  
Vereador  
Câmara Mun. de Belo Horizonte



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

### **COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

#### **PARECER EM 1º TURNO SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 2040/2016**

#### **VOTO DO RELATOR**

#### **RELATÓRIO**

De autoria do ex- vereador Adriano Ventura, o Projeto de Lei nº 2040/2016, que "Prorroga a seleção pública de que trata o Edital nº 08/2014, que dispõe sobre a Seleção Pública para funções do Serviço Social Autônomo – Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro – SSA-HMDCC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação- IBFC", é trazido ao juízo desta Comissão de Administração Pública.

No seu exame preliminar, a Comissão de Constituição e Justiça concluiu pela constitucionalidade, ilegalidade e regimentalidade.

Na condição de relator designado para análise da matéria, a teor da competência definida pelo artigo 52, II, "I", do Regimento Interno, que diz respeito ao direito administrativo em geral, passo a fundamentar parecer e voto.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposta legislativa tem por objetivo prorrogar, por 2 (dois) anos, a seleção pública de que trata o Edital nº 08/2014, que dispõe sobre a Seleção Pública para funções do Serviço Social Autônomo – Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro – SSA-HMDCC, publicado pelo Instituto Brasileiro de Formação e Capacitação- IBFC.

É premissa basilar para a Administração Pública guardar os princípios constitucionais previstos no artigo 37, caput, da Constituição da República. Este princípio estabelece que o administrador deve ter a fiel e completa subordinação à lei. Ou seja, o princípio da legalidade limita a atuação do gestor público, estabelece que na Administração Pública os atos

Cf. D. J. rel. Legislativa-25-Fev-2017-19:18-000982-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

administrativos estão restritos exclusivamente aos preceitos legais, ou seja, somente àquilo que a legislação autoriza fazer.

No que tange à análise do mérito desta Comissão, vejo que a proposição apresenta impedimentos legais, tendo em vista que:

a) a redação do inciso III do art. 37, da Carta da República, determina que "o prazo de validade do concurso público será de até dois anos, prorrogável uma vez, por igual período;"

b) o Edital nº08/2014, nas disposições finais no item 12.2 estabelece que "o prazo de validade da seleção pública é de 06 (seis) meses, a contar da data de sua homologação, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a critério exclusivo do SSA-HMDCC;

O Projeto em comento não especifica para qual função/especialidade pretende a prorrogação da validade, tampouco informa a data de homologação, o que inviabiliza sua análise, uma vez que a homologação das funções foram publicadas em datas diversas, (03/10/2015 ; 16/03/2016) conforme documentos anexos e portanto não há como verificar se apresentado no prazo legal.

E mais, de acordo com o edital, o prazo de validade do certame foi fixado em seis meses portanto só poderia ser prorrogado por igual período ( art. 37, inciso III CF) e nunca por dois anos conforme proposto no projeto.

### CONCLUSÃO

Por todo o exposto, manifesto-me pela rejeição do Projeto de Lei nº. 2040/2016.

Belo Horizonte, 22 de fevereiro de 2017.

  
VEREADOR PRETO



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE**

**DOM**  
Diário Oficial do Município

Quarta-feira, 30 de Março de 2016 Ano:XXII - Edição N.: 5016

Poder Executivo

Secretaria Municipal de Saúde - HMDCC

**SELEÇÃO PÚBLICA EDITAL - Nº 008/2014**

**HOSPITAL METROPOLITANO DOUTOR CÉLIO DE CASTRO**

### **PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo de validade das funções/especialidades abaixo listadas, providas pela Seleção Pública regida pelo Edital 08/2014, referente ao Quadro Geral de Pessoal do Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, homologadas em 03/10/2015, conforme subitem 12.2 do referido Edital:

Advogado 40h

Analista Administrativo / Administração Hospitalar 40h

Assistente Social 30h

Enfermeiro do Trabalho 30h

Enfermeiro / Infecção Hospitalar 40h

Enfermeiro / Terapia Intensiva 30h

Enfermeiro / Urgência e Emergência 30h

Enfermeiro / Urgência e Emergência 36h

Farmacêutico / Bioquímico 40h

Farmacêutico / Hospitalar e Clínico 36h

Fisioterapeuta / Respiratório 30h

Médico / Auditor 24h

Médico / Cirurgia Geral 24h

Médico do Trabalho 24h

Médico / Infectologia 30h

Médico / Neurocirurgia 24h

Médico / Ortopedia e Traumatologia 24h

Nutricionista 40h

Técnico em Administração 40h

Técnico em Contabilidade 40h

Técnico em Enfermagem 40h

Técnico em Enfermagem do Trabalho 40h



Técnico em Farmácia 40h

Técnico em Patologia Clínica 40h

Técnico em Radiologia 24h

Técnico em Segurança do Trabalho 40h

Belo Horizonte, 28 de março de 2016

*Flávio Márcio Leopoldino Duffles*

**Diretor Executivo**



PREFEITURA MUNICIPAL  
DE BELO HORIZONTE

# BELO HORIZONTE

Quarta-feira, 31 de Agosto de 2016

Ano XXII - Edição N.: 5121

Poder Executivo

**Secretaria Municipal de Saúde - HMDCC**

**SELEÇÃO PÚBLICA EDITAL - Nº 008/2014**

**PRORROGAÇÃO**

Fica prorrogado por mais 06 (seis) meses o prazo de validade da função/especialidade abaixo listada, provida pela Seleção Pública regida pelo Edital 08/2014, referente ao Quadro Geral de Pessoal do Serviço Social Autônomo Hospital Metropolitano Doutor Célio de Castro, homologada em 16/03/2016, conforme subitem 12.2 do referido Edital:

Auxiliar de Laboratório 40h

Belo Horizonte, 29 de agosto de 2016

*Flávio Márcio Leopoldino Duffles*

**Diretor Executivo**

■ Imprimir    ◀ Voltar



**CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**  
**COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº 2052/2016**

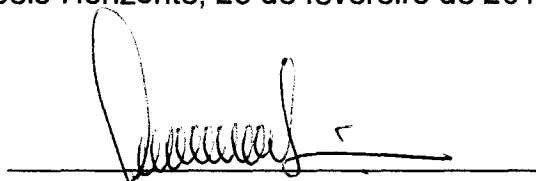
Vem o Projeto de Lei nº 2052/2016 de autoria do Executivo, enviado a esta casa pela Mensagem n º 35 de 2016, reestruturando a Carreira dos ocupantes dos cargos públicos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate a Endemias I e II, à Comissão de Administração Pública para parecer nos termos do art. 52, II, "g" do Regimento Interno.

Analizando o projeto de lei em questão e após reunião com a diretoria da entidade sindical representativa da categoria foi informado que a reestruturação da carreira dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate a Endemias foi enviado a esta Casa sem acordo com da categoria com o governo anterior e em final de mandato. Que tais disposições não estariam necessariamente em conformidade com a política de gestão de pessoas da nova administração municipal. Necessitam ser aperfeiçoados e acordados com a categoria temas pertinentes à evolução na carreira, ao exercício de atribuições, aos regramentos e critérios remuneratórios, tudo visando dar maior eficiência à atuação dos citados agentes.

Entendemos que a reestruturação deva atender ao interesse público, ao eficiente exercício das atribuições dos ocupantes dessa importante carreira, com a respectiva valorização funcional dos integrantes da carreira.

Assim, solicitamos que o Projeto de Lei 2052/2016 seja baixado em diligência à Secretaria Municipal de Governo para opinar sobre o projeto de lei em exame.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.



**Vereador Reinaldo Gomes**  
**Relator**

Protocolo Legislativo - 23-fev-2017 - 18:36 - 000987-001



# SINDIBEL

**SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS  
MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE  
DESDE 1988**

Ofício Nº. 133/17.

Belo Horizonte, 23 de fevereiro de 2017.

Senhor Vereador,

**O SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BELO HORIZONTE**

- **SINDIBEL**, entidade de classe representativa dos Servidores Públicos Municipal, CNPJ: 22.590.285/0001-01, com sede na Avenida Afonso Pena, 726, 18º andar, em Belo Horizonte – MG, vem solicitar o pedido de diligencias no Projeto de Lei 2052/16, suspendendo o tramite normal na Comissão de Administração Pública, Justificativa:

Ao contrário de todos os Planos de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) das demais categorias da prefeitura, esse foi o único encaminhado ao Legislativo sem um acordo prévio com as categorias envolvidas (ACE e ACS);

O Plano de Carreiras foi encaminhado pelo governo anterior já em final de mandato, significando que as propostas nele contidas não são necessariamente as mesmas da nova administração, que assumiu em primeiro de janeiro de 2017;

O atual prefeito de Belo Horizonte, ainda quando candidato, assumiu compromisso em praça pública com os Agente de Combate a Endemias (ACE) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) diferente das propostas contidas nesse Plano;

O sindicato representativo da categoria já solicitou reunião com a atual administração e esta aguardando agenda para o início do mês de março, para discutir uma nova proposta que possa ser acordada com os trabalhadores e atender a visão administrativa da atual gestão.

Atenciosamente;

Israel Arimar de Moura  
Presidente  
SINDIBEL

Israel Arimar de Moura  
Presidente

Ilmo. Senhor.

Reinaldo Gomes

Vereador no Município de Belo Horizonte

Presidente da Comissão de Administração Pública

**NESTA** Avenida Afonso Pena, 726, 18º andar, Centro, BH-MG. CEP: 30130-003. Telefone: 3272-9885. CNPJ: 22.590.285/0001-09  
Inscrição Municipal: 397878001-3. E-mail: sindibel@sindibel.com.br. Site: www.sindibel.com.br



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE**

### **RELATOR PELA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

#### **RELATÓRIO**

#### **PROPOSTA DE DILIGÊNCIA AO PROJETO DE LEI Nº. 2056/2016**

Na qualidade de relator da Comissão de Administração Pública, com o fim de analisar o mérito do Projeto de Lei nº 2056/2016, de autoria do ex- vereador Juninho Paim que "Institui a jornada de trabalho de 30(trinta) horas semanais para os integrantes da Carreira dos Servidores da Saúde da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, instituído pela Lei nº 7.238/96 e suas alterações; aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira da Área de Atividades de Saúde e aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira do HOB, instituído pela Lei nº 9.154/06, da Administração Pública Direta e Indireta Municipal do Município de Belo Horizonte" passo a fundamentar esta proposta de diligência, nos termos do art. 86 do Regimento Interno.

#### **FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei nº 2056/2016, de autoria do ex- vereador Juninho Paim tem por objetivo reduzir para 24 horas semanais a jornada de trabalho dos integrantes da Carreira dos servidores da saúde da PBH, aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos integrantes do Plano de saúde da PBH, aos servidores ocupantes de cargos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira da Área de Atividades de Saúde e aos servidores e empregados ocupantes de cargos e empregos públicos efetivos integrantes do Plano de Carreira do HOB, sem que haja redução do vencimento-base ou de qualquer outra vantagem dos respectivos cargos.

O objetivo da presente diligência é o de verificar o impacto administrativo da medida e a viabilidade de sua implantação.

DB-Diret. Legislativa-20-Fev-2017-18:12-000807-001



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

### CONCLUSÃO

Proponho que seja esta proposição baixada em Diligência à Secretaria Municipal de Saúde, através da Secretaria Municipal de Governo, com o objetivo de obter um parecer técnico sobre a viabilidade e eficiência da redução de jornada proposta.

Belo Horizonte, 16 de fevereiro de 2017.

  
**VEREADOR PRETO**  
Relator



# CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

PARECER EM TURNO EM 1º TURNO AO PROJETO DE LEI Nº 2057/2016

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Autor: Vereador Gilson Reis

Voto do Relator

## Relatório

Trata-se de Projeto de Lei de nº 2057/2016, de autoria do vereador Gilson Reis que “Dispõe sobre proteção e cuidado a crianças e adolescentes presentes em áreas de conflitos coletivos sociambientais e fundiários na cidade de Belo Horizonte.

O presente feito foi regularmente processado e remetido a Comissão de Legislação e Justiça, tendo sido designado como Relator o Vereador Lúcio Bocão que emitiu o parecer de fls. 36/37.

Os autos foram enviados para Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor, foi designado como relator o Vereador Pedro Patrus, sendo o processo devolvido ao Presidente da casa sem parecer apreciado, por falta de quórum para reunião da comissão.

Recebidos os autos na Comissão de Administração pública, após designação de Relator, vieram-me os autos conclusos para parecer, em 14/02/2017.

É o relatório.

## **Voto**

A proposta visa a proteção e tratamento especial a crianças, adolescentes e mulheres grávidas em áreas de conflitos coletivos sociambientais e fundiários, estabelecendo as medidas a serem adotadas pela municipalidade nos casos que enumera.

Além da legislação federal e estadual que regem a matéria, a propositura está em consonância com o que institui a Lei Orgânica do Município, especialmente no

Câmara Municipal de Belo Horizonte - Comissão de Legislação e Justiça - 2017-1656-000920-001

que dispõe o Título VI que trata da Ordem Social e Econômica.


De mesma sorte, a iniciativa legislativa se adéqua a política administrativa e social instituída para o Município de Belo Horizonte, uma vez que as medidas previstas tanto em situação anterior a desocupação quanto após a efetivação da desocupação, fazem parte de suas atribuições administrativas.

A medida encontra guarida no princípio da dignidade da pessoa humana, um dos fatores a nortear a adoção de políticas públicas.

### **Conclusão**

Face a pertinência da matéria voto pela aprovação do Projeto de Lei 2057/2016.

Belo Horizonte, 21 de fevereiro de 2.016.

  
Vereador Fernando Borja  
**Fernando Borja**  
Vereador  
Câmara Mun. de Belo Horizonte